



CÂMARA MUNICIPAL DE LAPA
ESTADO DO PARANÁ

Ofício N.º

PROJETO DE LEI Nº 35

(Concede anistia de multas sobre DIVIDA ATIVA, Impostos e Taxas do Exercício)

- Artº 1º - Todo contribuinte que espontaneamente procurar liquidar o seu débito com a Tezouraria Municipal de uma só vez, no período de 1º de Outubro á 30 de Dezembro do corrente ano de 1953, ficará isento da multa a que trata o artº 47 das Posturas Municipais.
- Artº 2º - Findo o prazo de que trata o artº 1º, toda a DIVIDA ATIVA será cobrada com multa e Executada judicialmente, com acréscimo das despesas Judiciais que se fizerem necessárias para a cobrança.
- Artº 3º - A presente lei entrará em vigor após a sua oficial publicação.

Sala de sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 25 de Setembro 1953.

Pedro Passos Leoni
Presidente

Luciano Lacerda
1º Secretario

Concede anistia de multas sobre DIVIDA ATIVA, Impostos e Taxas do exercicio.

Artº 1º.- Todo contrinuente que expontaneamente procurar liquidar o seu débito com a Tezouraria Municipal de uma só vez, no periodo de 1º de Outubro á 30 de Dezembro do corrente ano de 1.953, ficará isento da multa a que trata o artº 47 das Posturas Municipais.

Artº 2º.- Findo o praso de que trata o artº 1º, toda a DIVIDA ATIVA será cobrada com multa e Executada Judicialmente, com acréscimo das despesas Judiciais que se fizerem necessárias para a cobrança.

Artº 3º.- A presente lei entrará em vigôr apôs a sua official publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 9 de Setembro de 1.953.

Invenal Borges da Silveira
Vereador

a' comissão de legislacão
e Justica Jure em to
Jure
Dia 9-9-53
Pedro Barros Leão
Presidente.

Julgamos constitucional o anti-projeto em apelo
Lapa 10-9-53

Amim Nayden
Ovaldo Wile Leão

a' comissão de legislacão. Financas
e Fazenda de credito Jure em to
Jure
Dia 9.10.9-53
Pedro Barros Leão
Presidente

Parecer sobre o ante-projeto de lei nº 33, de autoria do vereador Juvenal Borges da Silveira, que concede anistia de multas sobre Dívida Ativa, Impostos e Taxas do exercício.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas nada tem a opor ao presente projeto de lei, pois entende que sua aprovação só benefícios trará, tanto aos contribuintes como à própria Prefeitura.

Se restrição houvesse, seria apenas a de que, em se tratando de assunto que tem dado margem a críticas, e no sentido de evitá-las, poderia ser acrescentado artigo que facultasse ao contribuinte credor o encontro de contas com a Prefeitura, mesmo nos casos em que esta, por falta de verba, não pudesse pagar o total de seu débito. Ficaria o saldo para pagamento posterior, ou para novo encontro de contas.

Como sugestão ao nobre vereador autor do projeto, pensamos que tal artigo poderia ser assim redigido:-

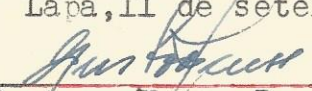
Artº 3º - É facultado o pagamento de que trata o artº 1º por crédito de que disponha o contribuinte na Prefeitura.

§ 1º - Se o crédito mencionado ultrapassar a dívida, a Prefeitura poderá dar novo documento do saldo, revestido das mesmas formalidades jurídicas e comerciais do documento substituído.

Quanto ao artº 2º do ante-projeto, embora o artº 51 -alínea X - estabeleça competência do Prefeito, que por isso mesmo dela poderia prescindir no projeto, não vemos inconveniente nessa redundância, atendendo ao fato de que deverá ser dada ampla publicidade à presente lei, alertando assim os contribuintes para o risco que correm, caso não regularizem sua situação.

Esse o nosso parecer.

Lapa, 11 de setembro de 1953.-


Gustavo Kuss - Presidente da C.F.O.T.C.


Murilo Suplicy Lacerda


Odilon Alves de Freitas

J U S T I F I C A T I V A

Concedo multa de multas sobre... Ao submeter a apreciação da Câmara o ante-projeto de lei que isenta de multa os contribuintes faltosos, quero lembrar da oportunidade de tal medida, tendo em vista, sobretudo, a situação financeira do município.

Pelo artº 49 das Posturas Municipais é vetado a dispensa de tributos ou taxa ao município, no entanto os impostos não são pagos em devido tempo, passam para DIVIDA ATIVA e são arrecadados sem multa, isto para alguns contribuintes, enquanto para outros os impostos devidos são acrescidos da multa de 10%, embora esses contribuintes tenham contas a justar com a Prefeitura.

Sendo aprovado o ante-projeto em apreço, estabelecendo uma praso para isenção das multas, regularizará o assunto, devendo a Prefeitura dar a maior publicidade afim de que, todos os contribuintes regularizem a sua situação com o município.

Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa, aos 9 dias do mez de Setembro de 1.953.


Vereador